

Resumo: Discutiremos no artigo a noção de documento na Arquivologia e na Ciência da Informação. Para tanto, este estudo tem por objetivo descrever sobre as possíveis contribuições que a materialidade e a institucionalidade da informação podem oferecer ao documento arquivístico. A metodologia se pautou em uma revisão de literatura e análise da mesma no campo da Arquivologia tornando a pesquisa de caráter exploratória, crítica e reflexiva. Desta forma, de maneira preliminar, o artigo buscou apresentar as perspectivas e as contribuições da materialidade e da institucionalidade da informação para o documento e relacioná-las com as noções de documento na Arquivologia.

Palavras-chave: Arquivologia; Documento; Institucionalidade da informação; Materialidade da informação.

Abstract: We will discuss in the article the notion of document in Archivology and Information Science. To this end, this study aims to describe the possible contributions that the materiality and institutionalality of information can offer to the archival document. The methodology was based on a literature review and analysis of it in the field of archivology, making the exploratory research critical and reflective. Thus, in a preliminary way, the article sought to present the perspectives and contributions of the materiality and institutionalality of the information to the document and to relate it to the notion of document in archivology.

Keywords: Archival Science; Document; Institutionalality of information; Materiality of information.

1. Introdução

A noção de documento é algo discutido há bastante tempo e desde então ainda se faz presente, sendo objeto de discussão em diferentes áreas do conhecimento, como na História, Arquivologia, Diplomática, Documentação, Ciência da Informação e entre outras que lidam diretamente com a temática do documento. O entendimento sobre documento não é estático ou imutável, pois sofreu modificações e adaptações ao longo da história¹, muito em razão do contexto social e cultural.

Na sociedade, o documento é entendido como registro de informação e de conhecimento, podendo ser utilizado como fator de prova ou objeto informacional, dependendo do contexto a qual ele está inserido. Esse entendimento está na concepção de Paul Otlet na obra *Traité de Documentation* de 1934, na qual afirma que o documento é tudo aquilo que é representado por sinais gráficos que pode ser identificado como escrita, pintura,

¹ Ver: VALENTE, 1978.

diagramas, mapas, imagens, símbolos, expressando uma ideia, um fato, informação e conhecimento. Nessa mesma concepção, o livro, as revistas, os jornais, reproduções gráficas de qualquer tipo, desenhos, gravuras, cartas, esquemas, diagramas, fotografias, dentre outros são tidos como documentos (OTLET, 1934). Briet (1951) também vem na mesma concepção de Otlet, informando que todo o documento é um registro representado por índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado que demonstra um fenômeno físico e/ou intelectual. Porém, Briet (1951) aponta que, para que de fato seja documento, precisará passar por procedimentos informacionais², sendo o documento primário representado para a criação do documento secundário e, para Otlet (1934), basta que o documento expresse apenas uma informação. Dentro das percepções apresentadas às práticas de produção da informação que requerem um registro, também são denominadas de documento.

As práticas de produção da informação surgem da necessidade de descrever sobre algo ou um objeto, até mesmo registrar um fato ocorrido, seja em decorrência de informar ou registrar informação para gerar conhecimento. Para constar, devemos ressaltar que informação e conhecimento³ são conceitos de intensos debates nos mais variados campos do conhecimento; de modo geral, a informação pode ser definida como o registro de um conhecimento para utilização posterior; ela pode ser transmitida sob uma variedade de formas, por meio da luz, energia, sons, ondas eletromagnéticas, assim como por campos magnéticos e registros materializados em um papel, isto é, o documento (CUNHA e CAVALCANTI, 2008).

No âmbito da Arquivologia compreende-se que o documento é produzido a partir de uma atividade específica, tendo como objetivo registrar as informações no decorrer de uma ação, a partir de um conjunto de processos administrativos fornecendo subsídios para a geração de conhecimento. Nesse sentido, discutiremos a noção de documento nesta área do conhecimento, possibilitando possíveis contribuições teóricas para discussão sobre a informação registrada, assunto já discutido pela Ciência da Informação.

Propondo o melhor entendimento, no que concerne a noção de documento na Arquivologia, sem o propósito de protagonizar um novo conceito, por meio de uma revisão de literatura e análise bibliográfica, tornando a pesquisa de caráter exploratória, crítica e reflexiva. Para tanto, este estudo tem por objetivo descrever sobre as possíveis contribuições que a materialidade e a institucionalidade da informação podem oferecer ao documento arquivístico.

Esse estudo justifica-se no bojo das características que são empregadas à informação quanto a sua materialidade e institucionalidade, essas, abordadas na Ciência da Informação, e são atribuídas para compor certo valor, e que apresentadas e discutidas neste estudo sirvam como elementos que possam corroborar e contribuir para o conceito e o

² Conjunto de atividade que descreve o documento de uma maneira descritiva e temática.

³ De um ponto de vista filosófico, o conhecimento para Japiassu e Marcondes (1989:40) é a apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, tendo em vista dominá-los. O vocábulo conhecimento remete tanto a coisa conhecida quanto ao ato de conhecer (subjetivo) e o fato de conhecer.

emprego do termo ‘documento’ na Arquivologia, sobretudo, permitindo abrangência na compreensão e na abordagem do conceito.

A estruturação do artigo está na discussão sobre a noção de documento na Arquivologia; Documentos de atividade científica e, a materialidade e a institucionalidade da informação para posteriormente serem apresentadas as possíveis contribuições para o documento arquivístico.

2. A noção de documento na Arquivologia

Como foi mencionado na introdução, a discussão a respeito do documento não é algo tão recente, sendo abordada em diferentes áreas do conhecimento desde os tempos que antecederam as tecnologias. A noção de documento no campo arquivístico esboça particularidades relativas à área, entretanto o seu conceito foi construído a partir da relação com a História, Diplomática e o Direito (GALENDE DÍAZ e GARCÍA RUIPÉREZ, 2003; RABELLO, 2013).

As práticas de produzir e armazenar registros marcaram diferentes sociedades ao longo do tempo. No entanto, a sistematização da Arquivística enquanto disciplina científica é mais recente. Os princípios, as normas e as ideias que a constituem foram formuladas a partir de meados do século XVIII. Um dos principais marcos teóricos da área foi a publicação do *Manual de organização e descrição dos arquivos* em 1898, conhecido como “Manual dos Arquivistas Holandeses” (SCHMIDT, 2012). O tratado elaborado por Muller, Feith e Fruin apresentou uma metodologia para o tratamento de documentos, deu ênfase a princípios delineadores do campo arquivístico como a Proveniência e a Ordem Original e definiu os arquivos como um conjunto de documentos ligados a uma atividade oficial administrativa. De acordo com Cook (2018), o “Manual dos Arquivistas Holandeses” referia-se apenas a documentos estatais, relegando os documentos privados e pessoais aos bibliotecários.

Durante o século XX diferentes redefinições ocorreram na Arquivística, seja por transformações sociais, tecnológicas, organizacionais ou culturais. Destaca-se o caráter probatório dos arquivos proposto por Jenkinson, a Gestão de Documentos por Schellenberg, o arquivo como um bem público e social na visão de Booms e Cook, e os novos desafios em decorrência do documento eletrônico a partir da década de 1970 (COOK, 2018).

Nessas diferentes abordagens que marcam a formação arquivística, diferentes ideias delinearão o entendimento do documento. Por exemplo, para Jenkinson o documento era uma evidência imparcial de quem o produziu, enquanto Schellenberg entendia que os documentos de arquivo eram os selecionados por arquivistas para a preservação, sendo os outros denominados documentos administrativos. As abordagens funcionais e sociais deram ênfase nas razões e funções que levaram a criação do documento, considerando o contexto de produção (COOK, 2018).

Para Thomassen (2006:6) um documento “[...] é a menor unidade de informação registrada com significado próprio”. Nos arquivos, a ideia de documento ganha uma conotação particular, justificada pelo ato de que os documentos arquivísticos são gerados e estruturados por processos de trabalho para um propósito, em geral a missão de quem o produziu (indivíduo ou coletivo – família, comunidade e organização formal).

Para Martín-Pozuelo Campillos (1996) o documento de arquivo é o resultado das atividades desenvolvidas por instituições ou pessoas. Segundo a autora, o documento é constituído pelo valor adquirido no ato da criação. Além disso, ela enumera algumas características que são peculiares ao documento de arquivo. Esses traços são o contexto de produção, unicidade, autenticidade, multiplicidade de conteúdo e interdependência dos traços.

O contexto de criação de um documento é a principal característica do documento de arquivo. Ele indica que cada documento possui uma relação com o produtor, que lhe atribuiu um valor único. Entender o documento é também compreendê-lo no seu contexto de criação. A compreensão sobre o mesmo quando separado do seu contexto de criação e do seu produtor é considerada equívoca e incompleta. A unicidade indica que cada documento é único, criado a partir de uma função para um objetivo e fim específico, por exemplo, uma cópia possui uma atribuição diferente do documento original, mesmo que ambos sejam idênticos.

A autenticidade aponta que o documento é aquilo que ele diz ser. Dessa forma, segundo Martín-Pozuelo Campillos (1996), cada uma das características elencadas é essencial para denotar o documento arquivístico e se desdobram a partir de um princípio fundamental na Arquivística, o Princípio da Proveniência ou o Princípio de Respeito aos Fundos Documentais.

A concepção do documento de arquivo está relacionada com as atividades. Segundo Rondinelli (2013) é no decorrer das práticas arquivísticas que surgem naturalmente os documentos, sejam estes de pessoas físicas ou jurídicas, no procedimento de estabelecer os registros de atividades.

Ela entende que

Desse registro espontâneo resulta uma promessa de imparcialidade dos documentos, bem como um vínculo entre eles. Tal vínculo se traduz na relação orgânica que cada documento tem com o outro e no fato de o conjunto documental daí resultante ser dotado de organicidade. Como se trata de documentar atividades, cada documento é único no seu conjunto, pois que ali desempenha função específica. Finalmente, a submissão desses documentos a procedimentos arquivísticos ininterruptos de gestão e preservação garante a sua autenticidade (RONDINELLI, 2013:226).

Segundo Duranti (1994), o documento é o resultado de atividade institucional ou pessoal, sendo, portanto, uma evidência do exercício de quem o gerou. A ideia de evidência ou prova está presente na maioria dos estudiosos sobre documento no campo arquivístico. Duranti (1994:50) entende que “[...] a partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido”.

De acordo com o Arquivo Nacional (2005), o documento de arquivo é uma unidade de registro de informações, qualquer que seja o seu suporte (físico, digital ou híbrido), e também, o seu gênero, sendo ele textual, cartográfico, vídeos, audiovisuais, entre outros. Nessa perspectiva, a partir de uma definição especializada, para Cunha e Cavalcanti (2008), o documento deve ser analisado sob quatro aspectos: natureza, suporte, grau de elaboração e a forma de disseminação.

É imprescindível a abordagem dos arquivos como um meio de organização e disseminação da informação e do conhecimento, tendo em vista que o documento arquivístico possui a capacidade de cumprir a função para o qual ele foi criado, por esse ângulo, ele também tem a competência de produzir e organizar o saber a partir de narrativas e por meio de registros gráficos⁴, materializados ao longo do tempo em um suporte informacional, sendo ele registrado e materializado em um suporte físico, digital ou híbrido (RIBEIRO, 2011).

As características do documento de arquivo são essenciais para as atividades arquivísticas, principalmente na identificação, na classificação, na seleção e na difusão. A seleção é um processo que define o destino dos documentos, bem como a preservação e a eliminação. Essa seleção leva em conta a legislação e critérios normativos da instituição responsável pelo documento. A partir daí entra a concepção de valor do documento, sendo os documentos de valor primário ligados à razão de sua existência, a função para a qual foram criados, e o valor secundário, que pressupõe o valor informativo que o documento possa vir a ter, sendo importante para a história e para a memória da organização. Essa ação leva a formação dos arquivos permanentes ou históricos, considerando quais documentos deverão ser preservados.

Sobre a noção de documento arquivístico, no que definem Rossato e Flores (2015:41), ele é produzido por meio de uma necessidade institucional ou pessoal, a sua função primordial é servir à administração. Desse modo, ao longo do tempo, ele passa por diferentes fases e usos, a partir de seu valor primário e secundário.

Ressalta-se que, o documento arquivístico é produzido a partir de uma necessidade individual, coletiva, institucional e tem em sua essência a finalidade e o valor jurídico, administrativo, científico, histórico e social.

Pensando na questão da produção de documentos a partir de uma função, podemos refletir como exemplo os documentos que são produzidos a partir de atividades de pesquisa. De acordo com Silva (2007) os documentos nas práticas científicas se traduzem em atividades rotineiras e, nesse sentido, transformam-se em documentos de arquivo que comprovam as atividades desenvolvidas em uma pesquisa.

As práticas científicas realizadas nos laboratórios se traduzem nas atividades, rotineiras ou não, desenvolvidas durante todo o processo de pesquisa, seja científica ou tecnológica. Tais atividades geram documentos que são seus testemunhos: eles comprovam a realização das atividades e registram cada etapa do processo. Assim sendo, entende-se por arquivo o conjunto de documentos produzidos por uma atividade, que possuem relação orgânica entre si, e que testemunham ou comprovam essa atividade, aos quais podem ser atribuídas as características básicas de legibilidade, autenticidade, proveniência e valor de prova (SILVA, 2007:5).

Assim, a noção arquivística de documento numa perspectiva objetiva fornece traços para o tratamento dos registros produzidos no âmbito do laboratório. Contudo, a Arquivologia

⁴ Termo consagrado pelos bibliotecários norte-americanos Jesse Hauk Shera (1903-1982) e Margaret Elizabeth Egan (1905-1959).

nem sempre poderá responder a todos os questionamentos em torno de um documento produzido em laboratório.

Portanto, as noções de materialidade e institucionalidade da informação expandem a noção que os registros de laboratório podem ser trabalhados, já que, além de exprimirem uma atividade administrativa ou probatória, esses documentos apresentam uma legitimação dos enunciados produzidos no decorrer de uma pesquisa.

De acordo com Odile Welfelé (2004), a produção de documentos no âmbito científico está relacionada a duas atividades: a administrativa, que se desdobra a partir da gestão de pessoas e recursos, financiamentos e relatório das atividades; e a atividade da pesquisa propriamente, que gera diferentes documentos a partir da observação, reflexão e experimentação. Nesse sentido, a autora expande a noção do documento argumentando que

A atividade de pesquisa produz papel, claro, e este é o seu objetivo prioritário. Entretanto, ela produz muitas outras coisas: culturas de células sobre plaquetas, coleções (de rochas, de insetos, genótipos...), máquinas-ferramenta, protótipos, bases de dados, mapas, gráficos, animais, filmes e... papel: relatórios de atividades, pedidos de financiamento, teses, correspondência sobre os temas das pesquisas [...] (WELFELÉ, 2004:67-68).

A perspectiva arquivística busca dar conta dos mais variados documentos produzidos nos laboratórios de pesquisa a partir das atividades de organização da informação de forma a preservar os documentos e propiciar o potencial reuso. Nesse sentido, o documento produzido abarca dois valores estabelecidos pela área: o reuso por parte do pesquisador que produziu o documento; e o uso pelo pesquisador externo ao contexto da pesquisa, geralmente o historiador em busca da reconstituição numa perspectiva historiográfica da pesquisa e do laboratório.

Para melhor entendimento no que concerne a contribuição da materialidade e da institucionalidade da informação no âmbito do documento em arquivo, a próxima seção tratará sobre o conceito de materialidade e institucionalidade da informação.

3. A materialidade e a institucionalidade da informação

O conceito de documento, tratado nas seções anteriores, vai além da retórica ao trazer a preocupação a respeito de um conceito que possui diferentes significados ao longo da história. Na concepção de determinados autores⁵, o significado de documento transcende a noção de informação registrada, ou seja, vai além da sua materialidade, no suporte. Nessa concepção entende que

O fato da informação como fluxo ‘naturalmente’ precisar da materialidade do documento para se difundir e ser acessada, ou mesmo o documento, que só transcende de sua ‘materialidade’ ao tornar-se meio pelo qual a informação se

⁵ Ver: SIQUEIRA, 2015; RABELLO, 2019).

consustancia, são evidências de que entre documento e informação não há apenas proximidade, mas em certa medida uma relação simbiótica (SIQUEIRA, 2015:107).

A noção de documento tal qual a conhecemos na Ciência da Informação não foi construída isoladamente. Ela possui raízes históricas em diálogos com outras áreas do conhecimento, especificamente da Documentação, que também teve da Bibliografia, assim como acontece com outros campos de estudo.

Ademais, a construção do conceito de documento na Ciência da Informação recebeu contribuições também de outras áreas como a História, Diplomática e Documentação através de enfoque objetivo, primeiramente, e posterior subjetivo e social (RABELLO, 2011).

De acordo com Tanus, Renault e Araújo (2012), a Documentação propõe uma visão além sobre o documento e seus variados tipos de suportes institucionalizados no que se refere a informação que lhe é atribuída. Nesse sentido, possibilitando o melhor entendimento para uma multiplicidade de suporte sob um novo olhar do documento como um registro humano e sendo possível que seus variados conceitos em diferentes áreas do conhecimento poderiam caminhar juntos.

Para Thomas Kuhn (2003:12, grifo nosso), uma área do conhecimento é composta por teorias, instrumentos, leis e normas, manuais, representando o paradigma/modelo. Isso é evidenciado no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1970)⁶, uma das obras mais consagradas de Kuhn, onde ele entende o paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. A prática científica é fundamentada em realizações científicas passadas. Assim, a dita ciência normal, nas palavras de Kuhn, tem o seu fazer com base em pesquisas anteriores. Essa prática é mantida enquanto o paradigma é capaz de fornecer soluções para alguns dos problemas graves de uma determinada área. Entretanto, quando a teoria não é capaz de responder problemas advindos de novas investigações, a ciência normal entra em estado de anomalia. Dessa maneira, surgem outras teorias capazes de responder melhor aos novos problemas, ocupando o espaço do paradigma anterior e trazendo a ciência de volta a sua normalidade (KUHN, 2003).

Portanto, com base na visão de Kuhn, cada comunidade científica possui suas proposições e teorias para dar conta das pesquisas realizadas no interior de sua área. O documento ocupa o espaço de objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento, como mencionado, tal como na Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, História, etc. O documento é interpretado considerando a particularidade de cada uma dessas áreas. Os enunciados apresentados que definem a noção de documento nessas áreas remetem à fisicalidade (RABELLO, 2018).

⁶ KUHN, Thomas S. - *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectivas, 1970.

Nessa perspectiva, Rabello (2018) insere a discussão de documento numa visão holística, ou seja, a partir de um todo. Dessa forma, a discussão em torno do documento envolve duas facetas: materialidade e práticas informacionais circunscritas em institucionalidades.

No texto *Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais*, Rabello (2019) propõe a investigação da informação materializada como documento. Para tal, fez uma revisão de literatura sobre os vínculos transdisciplinares na Ciência da Informação e Documentação. A partir que perpassa de algumas fundamentações desde “validade” até “contextos epistemológicos”, o autor considera que documento “[...] é um valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa em determinada institucionalidade” (RABELLO, 2019:1) Essa visão baseada no conceito de materialidade transcende a visão de fisicalidade, que considera a informação registrada em um suporte. Assim, o documento é um conjunto de ações e práticas sociais, nas palavras do autor, que representa algo e que simboliza um poder/saber.

O autor põe em discussão os argumentos de Murguia, defendendo que o objeto de estudo da Biblioteconomia está para além da informação registrada, indo além das noções de gerenciamento e recuperação da informação. Para o autor, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia enfatizam “[...] a informação registrada num suporte, desconsiderando ou pouco se atendo à ‘materialidade do documento’, ou seja, ao objeto com valor por vezes relacionado à ‘historicidade das instituições com as quais se lida’” (RABELLO, 2019:2).

Importante ressaltar também que o autor diferencia as noções de materialidade e fisicalidade. Para o autor, a fisicalidade está relacionada às propriedades físicas do objeto e suporte da informação, enquanto que a materialidade é mais abrangente ao abordar a procedência e o caminho realizado pela informação até o momento de inscrição no signo.

A respeito da fisicalidade, ele entende que

A fisicalidade da informação [xiii] está relacionada às propriedades físicas do objeto-suporte que garante sua existência no espaço e no tempo. O objeto – em escalas das infraestruturas de informação – remete, portanto, à fisicalidade do meio pelo qual se concretiza o registro. A partir das suas propriedades físicas, todo objeto pode suportar informação, abrangendo a escala mais elementar ou referencial do registro (talhe, impressão, letra, número, palavra, *bit*, dado, metadado ou metainformação). O suporte pode recepcionar configurações mais complexas ao comportar textos, sons, imagens, multimídias, *hiperlinks*, interconexão de sistemas ou redes. Há, todavia, uma distinção que auxilia a apreensão do objeto em termos de suporte da informação, já que este pode ser analógico ou digital (RABELLO, 2019:9).

O ato de valoração do documento perpassa pela materialidade e institucionalidade. Assim, o documento, na visão do autor, é um produto de ações práticas e sociais. O documento reúne aspectos da fisicalidade, ou seja, algo existente no espaço. A fisicalidade de um objeto independe de uma característica funcional. Entretanto, em se tratando do documento o mesmo não é apenas um objeto existente e sim um objeto cujo valor foi atribuído a partir de um processo de institucionalidade, que pode ser ou não formal (RABELLO, 2019).

A noção de materialidade, de acordo com Rabello (2019), representa o processo do percurso da informação até o registro em um suporte, momento em que, para o autor, o signo adquire a fisicalidade. Assim, a materialidade também engloba a fisicalidade; entretanto, a fisicalidade não é a única característica da materialidade.

[...] o documento sintetiza relações simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas próprias, o fenômeno valorativo proveniente de práticas sociais, discursivas, pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas (RABELLO, 2019:15).

Dessa maneira, a materialidade permite o conhecimento das intencionalidades atribuídas a um documento por meio da procedência.

No artigo *Documento e instituição : produção, diversidade e verdade*, Murguía (2010, grifo nosso) busca apresentar um novo olhar da Ciência da Informação para o documento. Entretanto, a partir de uma releitura de autores francófonos da área de Documentação, como Suzanne Briet e Paul Otlet, propostas a partir de Bernd Frohmann, o documento passa a ter reflexões de cunho epistemológico e as repercussões do mesmo no âmbito social. Ponto interessante destacado pelo autor é a respeito das implicações que cada contexto histórico reflete em um conceito. Nesse sentido, as discussões de materialidade e institucionalidade refletem as preocupações momentâneas.

Os campos científicos encontram nas fontes documentais validadas (identificação de objetos, análise, avaliação, certificação e julgamento) e, por conseguinte, selecionadas por seus saberes metódicos e técnicos, valor em algo com sentido – informação – e que evidencia algum fenômeno que possa ser traduzido em termos probatórios no âmbito acadêmico-disciplinar. Isso porque o conhecimento científico busca classificar e representar os fenômenos naturais ou sociais por intermédio de procedimentos metódicos, levando à noção de positividade do conhecimento, cuja referência remonta os empreendimentos do início da ciência moderna. (RABELLO, 2018:141).

O documento como objeto de estudo possui relevância para abordagem epistemológica em diferentes disciplinas científicas. A epistemologia busca revisitar, atualizar e interpretar a ciência e seus objetos. Em vista disso, González de Gómez (2015) problematiza a existência de um único programa de investigação na Ciência da Informação, centrado na informação, essa por sua vez, presente nos documentos.

Na abordagem foucaultiana, a partir da Arqueologia, que estuda as práticas discursivas e o discurso-objeto, Rabello (2018) compreende que o documento é visto como objeto validado, que possui valor e sentido para fins probatórios. Entretanto, o documento não deve ser visto apenas como valor de prova, mas como uma legitimação de um discurso de alguém, que decidiu o que é fonte ou não, e nesse sentido, possui o poder de representar. Portanto, o documento pode ser considerado um objeto com valor social direcionado para alguém (RABELLO, 2018).

O objeto é alguma coisa que existe no espaço-tempo. Um objeto pode ser uma cadeira, um livro, um lápis, ou seja, algo que exista no meio físico. Entretanto, os objetos podem ter usos e significados. Uma cadeira, por exemplo, possui uma função, mas o seu índice de significação é menor se comparado com um livro? A partir da visão de Briet, a cadeira pode

ser considerada um documento, desde que tenha sido validada para isso. Essa validação pode ser entendida a partir de um sentido atribuído dentro de uma institucionalidade. A institucionalidade não remete apenas a uma instituição de natureza jurídico-legal (MURGUIA, 2010), ou seja, a uma instituição formal, deve ser entendida a partir de uma individualidade, uma área de conhecimento, uma linguagem, etc., bem como as instituições que não possuem caráter de formalidade (RABELLO, 2019). Nesse ponto de vista, Rabello (2018), destaca que cada área do conhecimento tende a legitimar o documento dentro de suas finalidades, de seus termos. A legitimação de algo como documento se desdobrará em como cada campo irá tratá-lo, a qual na Arquivologia, Documentação e Ciência da Informação está voltada para a produção, organização, armazenamento e uso.

Contudo, a validação de algo como documento representa e dá legitimidade a um discurso de poder. Dentro da noção de poder, podemos dizer que os documentos arquivísticos são sobre poder. Sobre a imposição de controle e ordem nas transações, eventos, pessoas e sociedades pelo poder legal simbólico, estrutural e operacional da comunicação documentada (SCHWARTZ e COOK, 2004:24). Assim, o conceito de documento transcende a noção de informação registrada num suporte, pois o documento é uma construção que funciona como dispositivo (MURGUIA, 2010). E “como todo dispositivo, o documento é sustentado e sustenta os discursos que o incluem, se materializa nos objetos e age institucionalmente” (MURGUIA, 2010:127).

A respeito de dispositivo, pode-se entender que é uma rede de elementos. Os elementos podem ser os mais variados possíveis, tais como discursos, instituições, enunciados, etc. Assim, Murguia considera o documento como um mecanismo de validação, portanto o documento “[...] é sustentado e sustenta os discursos que o incluem, se materializa nos objetos e age institucionalmente.” (MURGUIA, 2010:127).

Sendo o documento a materialização de um discurso, este pode ter um valor simbólico. Rabello e Rodrigues (2017:40), ao citarem Frohmann (2008), entendem que o diálogo com a dimensão “simbólica”, em aderência à perspectiva foucaultiana, identificou corresponder naquilo que nomeia tal materialidade – o documento – como algo essencial para ligar informação e seu caráter social e público. O grau de imersão institucional dos enunciados constitui-se em algo essencial para a análise de sua materialidade, pois são as rotinas institucionais e as suas relações que lhes conferem peso, massa, inércia e resistência ao enunciado.

Nas dimensões entendidas nas seções anteriores podemos dizer que a institucionalização da informação e do documento no arquivo e a formas de representação da realidade constituem um campo interpretativo controverso, pois o valor probatório nesse contexto pode ser posto em perspectiva (RABELLO e RODRIGUES, 2017:34). Dessa maneira, de acordo com Schwartz e Cook (2004:23-24), os arquivos sempre foram sobre o poder, seja proveniente do Estado, de instituições religiosas, de organizações, da família, de um coletivo ou de um indivíduo. Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser um instrumento de monopólio ou resistência. Ambos refletem e constituem relações de poder. São um produto da necessidade de informação da sociedade, que se reflete na abundância e circulação de documentos. Eles são a base e a validação das histórias que nós contamos, das narrativas que dão coesão e significado aos indivíduos, grupos e sociedades.

Desse modo, a produção do documento vai além de um registro de informação em um suporte. Antes de esse registro ser criado, diversos fatores contribuíram para a sua origem. A forma de produção da informação, o seu contexto, a conjuntura a qual está submetida, a ação dos sujeitos, instituições e autoridades, bem como a padronização da referência para fins de recuperação, compreendida como regimes de informação (RABELLO, 2018).

Sendo assim, é possível compreender o documento arquivístico com base nas noções de materialidade e institucionalidade da informação. Como abordado anteriormente, o documento arquivístico é o resultado de uma ação no tempo/espaço. Ele é o desdobramento de uma atividade e função. Entender o documento necessita abarcar o produtor do documento, as razões de criação, as funções e o seu contexto de produção que envolve: sua produção e criação enquanto objeto; do ato de valoração a partir de uma institucionalidade; da validação por meio de autoridade; da sua organização e de sua representação para fins de recuperação e acesso para um determinado objetivo, seja ele qual for.

A validação do objeto enquanto documento está ligada a diversos interesses de quem o validou e dos motivos, da razão e principalmente da instituição. É necessário entender o documento a partir das funções que o originaram relacionando-o ao seu contexto de produção.

4. Considerações finais

As discussões apresentadas neste estudo centraram-se a respeito do conceito de documento dentro do contexto da Arquivologia, e a partir da conceituação da materialidade e da institucionalidade da informação para a prospecção do mesmo, buscou-se relacionar possíveis contribuições na compreensão documento no referido campo.

Além disso, foi colocado em pauta o caráter público e social da informação, quando essa se materializa no objeto ao ser considerado documento, mesmo esse trazendo no seu conceitos vários significados atribuídos, tendo em vista que o seu conceito vai além do suporte no qual ele está inserido ou do registro que o materializa; visto que o documento é um dispositivo de poder e legitimação de um discurso, inserindo, dessa forma, as noções de materialidade da informação e da institucionalidade.

Desta forma, de maneira preliminar, o artigo buscou apresentar as perspectivas e as contribuições da materialidade e da institucionalidade da informação para o documento, esse, produzido a partir de funções e atividades dentro de uma instituição e que pode colaborar para prováveis necessidades informacionais.

Entretanto, essa discussão ainda é inicial e merece maiores reflexões de forma a estabelecer relação mais estreita entre a materialidade e a institucionalidade com os registros produzidos pela ciência.

Agradecimento

Agradecimento a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela contribuição do fomento da referida pesquisa.

Referências bibliográficas

BRASIL. Arquivo Nacional

2005 *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. [Consult. 6 ago. 2020]. Disponível em: <http://conarq.gov.br/publicacoes-tecnicas/37-publicacoes/26-dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica-dibrate>.

BRIET, Suzanne

1951 *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit, 1951.

COOK, Terry

2018 O Passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In *Pensar os arquivos: uma ontologia*. Org. Luciana Heymann, Letícia Nedel. Trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 17-81.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O.

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DURANTI, Luciana

1994 Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*. 7:13 (jul. 1994) 49-64. [Consult. 20 ago. 2020]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>.

FROHMANN, Bernd

2008 O Caráter social, material e público da informação. In *A Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. Org. M. Fujita, R. Marteleto, M. Lara. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano

2003 El Concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la Diplomática a la Archivística. *Revista General de Información y Documentación*. 2:13 (2003) 7-35. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0303220007A>.

GÓMEZ, Maria Nélide González de

2015 Validade científica = Scientific validity: da epistemologia à política e à ética. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 11:2 (out. 2015) 339-359. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3649>.

GÓMEZ, Maria Nélide González de

2009 A Reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:1 (2009). [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119288>.

JAPIASSU, H; MARCONDES, D.

1989 *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1989.

KUHN, Thomas S.

2003 *A Estrutura das revoluções científicas*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz

1996 *Construcción teórica de la Archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III, 1996.

MURGUIA, Eduardo Ismael

2010 Documento e Instituição: produção, diversidade e verdade. In FREITAS, Lídia Silvia de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia – *Documento: gênese e contextos de uso*. [Em linha]. Niterói: EDUFF, 2010, p. 123-140. [Consult. 10 ago. 2020]. Disponível em:

<http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>.

OTLET, Paul

1996 [1934] *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

Trad do original: *Traité de Documentation: le livre sur le livre : théorie et pratique*.

[Em linha]. Bruxelles : Mundaneum, 1934. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em:

https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf.

ORTEGA, Cristina Dotta D.; SALDANHA, Gustavo Silva

2017 A Noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. In ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18º, Marília, 2017 – *Anais*. [Consult. 17 ago. 2020]. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104362>.

RABELLO, Rodrigo

2019 Informação institucionalizada e materializada como documento. *Brajis*. 13:2 (2019).

RABELLO, Rodrigo

2018 Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. *Encontros Bibli : revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha].

23:51 (1 jan. 2018) 138-156. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p138>.

RABELLO, Rodrigo

2013 Prolegômenos para a construção do conceito documento arquivístico. Parte i - Da concepção essencialista e teórico-relacional. *Informação Arquivística*. [Em linha].

2:1 (jan./jun. 2013) 110-134. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41062>.

RABELLO, Rodrigo

2011 A Dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 16:31 (2011) 131-156.

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg

2017 Documento, arquivo e formas de representação da realidade. In *Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias*. Coord. Aurora Cuevas Cerveró et al. [Em linha]. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017, vol. 2, p. 32-40. [Consult. 26 ago. 2020].

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32960>.

RIBEIRO, Fernanda

2011 A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. 1:1 (2011) 59-73.

RONDINELLI, Rosely Curi

2013 *O Documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ROSSATO, Flávia Helena Conrado; FLORES, Daniel

2015 O Documento arquivístico: reflexões acerca do patrimônio cultural. *Scientia Tec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS-Campus Porto Alegre*.2:3 (jul./dez. 2015) 35-47.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos

2008 A Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina. [Em linha]. São Paulo, 2008. [Consult. 15 ago. 2020]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>. Tese de Doutorado em História - Universidade de São Paulo.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos

2012 Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. São Paulo, 2012. [Consult. 10 jun. 2019]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade de São Paulo.

SCHWARTZ, J. M; COOK, T.

2004 Arquivos modernos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Registro: revista do Arquivo Público de Indaiatuba, Fundação Pró-Memória de Indaiatuba*. 3:3 (jul. 2004). Trad. de: Cylaine Maria das Neves, Maria Cristina Vendrameto e Pedro Condoleo de Queiroz.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e

2007 *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*. [Em linha]. São Paulo, 2007. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18102007-141253/pt-br.php>. Tese de Doutorado em História Social - Universidade de São Paulo.

SIQUEIRA, Jéssica Camara

2015 Informação e documento: relações simbióticas. *Ponto de Acesso*.9:1 (abr. 2015) 91-110.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de

2012 O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 8:2 (jul./dez. 2012) 158-174. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>.

THOMASSEN, Theo

2006 Uma Primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*. 5:1 (jan./jun. 2006) 5-16.

VALENTE, José Augusto Vaz

1978 Acerca de documento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 11:3/4 (1978) 177-198.

WELFELÉ, Odile

2004 A Proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea = The Archived test-tube: reflections on files and documents produced by contemporary scientific practices. *Revista da SBHC*. 2:1 (jan./jun. 2004) 65-72. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: https://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=20. Trad. de Maria Celina Soares de Mello e Silva.

Caio Fabio Moreira Gonçalves | caiomfg@gmail.com

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Edmilson Alves dos Santos Junior | edmilson.junior@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Graziela dos Santos Lima | graziela.lima@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Wilson Roberto Veronez Junior | wilson.veronez@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil